

Segurança pública

Governo federal lança regras para uso de câmeras em uniformes policiais

Documento indica que o equipamento deve funcionar de modo ininterrupto, mas admite acionamento pelo próprio policial

PAULA FERREIRA
BRASÍLIA

O governo federal lançou ontem diretrizes para orientar o uso de câmeras nas fardas de policiais. O documento indica que o equipamento deve preferencialmente ser acionado de forma automática (de modo ininterrupto por todo o turno de serviço), mas admite a possibilidade de acionamento remoto por autoridades ou pelo próprio policial (nesse caso com objetivo de “preservar a

intimidade durante as pausas e os intervalos de trabalho”).

O documento do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) institui 16 situações nas quais os equipamentos não podem ser desligados pelo agente, independentemente do modo de acionamento (*veja ao lado*). A portaria orienta regras para uso de câmeras na Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Penal Federal; Polícias Militares; Corpos de Bombeiros Militares; Polícias Civis; Polícias Penais; peritos criminais; e guardas municipais. A portaria acrescenta que “órgãos de segurança pública deverão adotar, preferencialmente, o modo de gravação ininterrupto”.

Sobre a brecha para admitir a interrupção da gravação, o ministro Ricardo Lewan-

As 16 diretrizes

As situações nas quais as câmeras não podem ser desligadas pelo policial, segundo o Ministério da Justiça:

- Ao atender ocorrência.
- Atividade que demande atuação ostensiva.
- Checagem de bens.
- Buscas pessoais, veiculares ou domiciliares.
- Ações operacionais, inclusive em manifestações.
- Cumprimento de determinações de autoridades e de mandados judiciais.
- Perícias externas.
- Fiscalização e vistoria.
- Ações de busca, salvamen-

to e resgate

- Nas escoltas de presos.
- Em todas as interações entre policiais e custodiados, dentro ou fora do ambiente prisional.
- Durante as rotinas carcerárias, inclusive no atendimento aos visitantes e advogados.
- Nas intervenções e resolução de crises, motins e rebeliões no sistema prisional.
- Nas situações de oposição à atuação policial, de potencial confronto ou de uso de força física.
- Nos sinistros de trânsito.
- No patrulhamento preventivo e ostensivo ou na execução de diligências de rotina em que ocorram ou possam ocorrer prisões, atos de violência, lesões corporais ou mortes.

dowski disse que o texto garante a integridade do conteúdo ao listar as situações em que é obrigatório o acionamento. “Há uma série de situações exaustivamente listadas que é obrigatório o acionamento

das câmeras, independentemente da possibilidade que tem o agente de desligá-la no momento em que ele justificadamente ache que tem a necessidade de proteger sua intimidade e privacidade”, disse.

Os Estados têm autonomia para aderir às diretrizes ou criar as suas próprias. Mas, para financiar a compra de câmeras com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ou do Fundo Penitenciário, deverão adotar as orientações. Corporações ligadas à União, como PF e PRF, seguirão obrigatoriamente as normas.

Na semana passada, um edital lançado pelo governo paulista para compra de 12 mil câmeras corporais gerou críticas por prever o acionamento remoto e local, alterando o modelo anterior de gravação ininterrupta. O secretário da Segurança Pública paulista, Guilherme Derrite, foi ao lançamento das diretrizes e disse que o documento está alinhado com a política de câmeras do Estado. Sobre as situações previstas nas normas, disse ser preciso analisar exceções antes de afirmar que serão seguidas pelo Estado.

SUMMIT. Após participar do Summit Mobilidade 2024, evento promovido pelo Estado, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, comentou que “se pegar o edital do governo de São Paulo, não tem nada que está destoando ou não está aderente”. **COLABOROU PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO**



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
2024

SEGURANÇA PÚBLICA DIREITOS HUMANOS & DEMOCRACIA

REALIZAÇÃO



Idp



Estão abertas as inscrições para o Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia!

Serão reunidos mais de 100 especialistas e autoridades do Brasil e do mundo para promover uma discussão ampla sobre esses três temas tão caros à sociedade.

**6 E 7
DE JUNHO**

Horário: 8h às 18h
Local: IDP, Brasília



Walfrido Warde

Francisco Schertel Mendes
Raul Jungmann

Benedito Mariano
Rafael Valim
Pedro Serrano

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com



PRESENCAS CONFIRMADAS:



RICARDO LEWANDOWSKI,
ministro da Justiça
e Segurança Pública



SILVIO ALMEIDA,
ministro dos
Direitos Humanos
e da Cidadania



JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO, ministro da Defesa



GILMAR MENDES,
ministro do STF



KÁTIA ABREU,
ex-ministra da
Agricultura e
presidente do
IREE Brasília



CLAUDIO CASTRO,
governador do
Rio de Janeiro



RONALDO CAIADO,
governador
de Goiás



BILL DE BLASIO,
ex-prefeito
de Nova York

Veja a
programação
completa:



Faça sua
inscrição:



PARTE DO FINANCIAMENTO DO SEMINÁRIO
PRESENCAS.COM + 55 604 279 4604
CONTATO: ANA LUIZA FERREIRA DE ARAUJO

